

CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da CORUMBÁ CONCESSÕES S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: CORUMBÁ CONCESSÕES S.A.
- CNPJ/MF: 04.066.598/0001-72
- Atividades: (i) a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico de Corumbá IV, através de empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da Usina Corumbá IV, situado no Rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares; (ii) estudar, planejar, projetar, constituir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como os serviços que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas, prestar serviços técnicos e de consultorias de sua especialidade, organizar subsidiárias, incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução dos seus objetivos; e (iii) a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionistas ou quotista.

Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 19/12/2014
- Data de Vencimento (de ambas as séries): 19/12/2022
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
- Código Cetip/ISIN:
 - (i) 1ª Série: CRUM12/ BRCRUMDBS018;
 - (ii) 2ª Série: CRUM22/ BRCRUMDBS026.
- Coordenador Líder: Banco BTG Pactual S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão serão utilizados para amortização de dívidas da Emissora, incluindo dívidas

bancárias e de processos judiciais relacionados com obras de construção, e reforço do capital de giro, relacionados com os financiamentos obtidos para a realização de obras e/ou serviços vinculados com as atividades da Companhia, conforme aprovado na segunda Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Corumbá de 13/10/2014.

- Tipo de Emissão*: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo as debêntures da 1ª Série da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, e as debêntures da 2ª Série da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 29/11/2016, foi aprovada a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de redução do capital social.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- ➔ Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;

→ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

→ Liquidez Geral: de 0,22 em 2015 para 0,21 em 2016;

→ Liquidez Corrente: de 0,55 em 2015 para 0,08 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 0,55 em 2015 para 0,08 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,19 em 2015 para 0,24 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 8,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 7,1% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 4,6% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 74,4% de 2015 para 2016 e uma variação negativa no índice de endividamento de 1,6% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 500.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL (de ambas as séries): não aplicável
- REMUNERAÇÃO (de ambas as séries): 128,00% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

19/01/2016 – R\$ 5.320,000000

19/02/2016 – R\$ 5.320,000000

21/03/2016 – R\$ 5.320,000000

19/04/2016 – R\$ 5.320,000000

19/05/2016 – R\$ 5.320,000000

20/06/2016 – R\$ 5.320,000000

19/07/2016 – R\$ 5.320,000000
19/08/2016 – R\$ 5.320,000000
19/09/2016 – R\$ 5.320,000000
19/10/2016 – R\$ 5.320,000000
21/11/2016 – R\$ 5.320,000000
19/12/2016 – R\$ 5.320,000000

Juros:

19/01/2016 – R\$ 5.738,936003
19/02/2016 – R\$ 6.267,921129
21/03/2016 – R\$ 6.191,993417
19/04/2016 – R\$ 5.823,250673
19/05/2016 – R\$ 6.040,941487
20/06/2016 – R\$ 5.965,415521
19/07/2016 – R\$ 5.889,889556
19/08/2016 – R\$ 6.372,401378
19/09/2016 – R\$ 5.463,724009
19/10/2016 – R\$ 5.663,311661
21/11/2016 – R\$ 5.498,950176
19/12/2016 – R\$ 5.107,706916

→ 2ª Série:

Juros:

19/01/2016 – R\$ 6.422,264999
19/02/2016 – R\$ 7.098,759999
21/03/2016 – R\$ 7.098,304999
19/04/2016 – R\$ 6.758,020000
19/05/2016 – R\$ 7.098,304999
20/06/2016 – R\$ 7.098,304999
19/07/2016 – R\$ 7.098,304999
19/08/2016 – R\$ 7.779,569999
19/09/2016 – R\$ 6.758,020000
19/10/2016 – R\$ 7.098,305000
21/11/2016 – R\$ 6.985,455000
19/12/2016 – R\$ 6.577,350000

• **POSIÇÃO DO ATIVO:**

CRUM12 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 540

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 540

CRUM22 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 423

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 423

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar os índices financeiros previstos no item 6.1, alínea “xxiv” da Escritura de Emissão, sendo que a primeira verificação ocorrerá com base nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2015.

	2016
	Milhares de R\$
ÍNDICE FINANCEIRO DÍVIDA LÍQUIDA	
<A> Dívida Líquida (Dívida menos Caixa):	427.517
 EBITDA =	97.292
<A/B> =	4,39

	2016
	Milhares de R\$
ÍNDICE FINANCEIRO SERVIÇO DA DÍVIDA	
<A> Dividendos Recebidos (Pagos):	453
 Serviço da Dívida das Debêntures:	107.764
<A/B>:	0,0042

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, observando-se, para tanto, o disposto na AGD abaixo mencionada.

Em AGD, realizada em 02/03/2017, os Debenturistas deliberaram, entre outros assuntos:

- (i) Pela modificação dos valores do Índice Financeiro Dívida Líquida; e
- (ii) pela não decretação de vencimento antecipado da Emissão caso se verifique o descumprimento do Índice Financeiro Dívida Líquida acordado anteriormente à data de 02/03/2017.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da 1ª Série são da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, e as debêntures da 2ª Série são da espécie com garantia real*.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s): (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de direitos; (iii) cessão fiduciária de conta; (iv) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos; e, (vi) exclusivamente como garantia das debêntures da 1ª. Série: a) cessão fiduciária de conta corrente onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 parcelas de amortização

do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série; e b) fiança, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. Parecer:

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário: (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1
Balço patrimonial em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

Ativo	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	2.690	19.477	Fornecedores (Nota 10)	4.615	7.921
Contas a receber (Nota 4)	19.417	12.399	Debêntures (Nota 11)	414.663	65.750
Adiantamentos	125	668	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	740	
Tributos a recuperar (Nota 5)	11.333	9.523	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	1.792	1.981
Despesas antecipadas (Nota 6)	1.019	948	Obrigações trabalhistas e sociais	515	810
Outros ativos (Nota 7)	1.424	1.513	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.064	3.522
	<u>36.008</u>	<u>44.528</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.461	1.335
			Dividendos propostos (Nota 17 (c))	453	
			Outros passivos	611	172
				<u>425.914</u>	<u>81.491</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	131	131
Tributos diferidos (Nota 5)	55.481	56.831	Debêntures (Nota 11)		381.729
Tributos a recuperar (Nota 5)	979	979	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	8.446	399
Despesas antecipadas (Nota 6)	8.303	7.064	Provisão para causas judiciais (Nota 15)	47.473	44.603
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	17.023	18.450	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	26.546	25.599
Depósitos judiciais (Nota 15 (a))		19	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	557	1.091
	<u>81.786</u>	<u>83.343</u>	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	2.565	2.398
			Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	41.427	41.427
Imobilizado (Nota 8)	585.721	596.742		<u>127.145</u>	<u>497.377</u>
Intangível (Nota 9)	7.318	7.716			
	<u>674.825</u>	<u>687.801</u>	Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	171.517	235.259
			Ajuste de avaliação patrimonial	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucro	2.549	
			Prejuízos acumulados		(65.506)
				<u>157.774</u>	<u>153.461</u>
Total do ativo	710.833	732.329	Total do passivo e do patrimônio líquido	710.833	732.329

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 19)	170.327	141.554
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 20)	(79.065)	(73.495)
Lucro bruto	91.262	68.059
Resultado operacional		
Despesas administrativas (Nota 21 (a))	(6.282)	(9.288)
Outras despesas administrativas Constituição provisão (Nota 21 (b))	(2.870)	(42.439)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	82.110	16.332
Receita Financeira (Nota 22)	3.974	3.756
Despesa Financeira (Nota 22)	(79.726)	(78.040)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.358	(57.952)
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(243)	(5.920)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(1.350)	25.244
Lucro Líquido / (prejuízo) do exercício	4.765	(38.628)
Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares	566.248	566.248
Lucro Líquido/ (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – Em reais	8,41	(68,22)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Corumbá Concessões S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 16 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Relatório de Sustentabilidade.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e Relatório de Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Relatório de Sustentabilidade e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e o Relatório de Sustentabilidade, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 7 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF



Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" DF